

A Cultura e Extensão na Universidade de São Paulo

I. Introdução:

Criados a partir de um seminário interno da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, realizado em Mogi das Cruzes em novembro de 2011, diferentes grupos de trabalho, compostos pelos membros do Conselho de Cultura e Extensão, trabalharam ao longo de 2012 para consolidar e fazer avançar o processo de qualificação e valorização da área no âmbito da USP. O relatório final aqui apresentado sintetiza e integra os trabalhos dos diversos grupos, incorporando sugestões e críticas do CoCEx extraordinário que discutiu as versões preliminares dos relatórios, assim como do grupo tarefa que trabalhou sobre esses relatórios após esta primeira discussão do CoCEx. Espera-se que o presente documento, ao mesmo tempo que reflita os debates e construções realizados ao longo da gestão 2010/2013, sob a condução da Pró-Reitora Professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, seja também uma referência para o trabalho a ser realizado nos próximos anos. Nesse sentido, propõe-se aqui delimitações conceituais, critérios e indicadores para o planejamento e avaliação das ações de Cultura e Extensão, assim como estratégias para o registro, valorização e apoio a esta área da atividade acadêmica, concorrendo para sua melhor estruturação e legitimação na Universidade de São Paulo.

II. Conceituação:

II.1. A consubstancialidade de Cultura e Extensão na Universidade.

A USP é uma das poucas Universidades que trabalha com Cultura e Extensão como componentes de uma mesma vertente da atividade acadêmica, sob responsabilidade de uma única Pró-Reitoria. Este aspecto, que poderia ser tomado como uma simples justaposição, é entendido, porém, como um elemento fundamental para a própria conceituação que se busca aqui. Cultura e Extensão constituem formas de intensificação de trocas entre a universidade e a sociedade por

meio de atividades de aplicação, produção e transmissão de experiências e saberes construídos no espaço acadêmico. Ela constitui, pode-se dizer, a face *extrovertida* da universidade.

No senso comum, mesmo no senso comum acadêmico, costuma-se distinguir, quando não mesmo dissociar e antagonizar, a esfera das atividades culturais e as de extensão, sendo as primeiras relacionadas, em geral, às artes e, no máximo, às humanidades, e as segundas vinculadas às chamadas ciências duras e aos saberes técnicos. Mas essa dissociação não resiste a um exame mais cuidadoso e conceitualmente municiado, que nos faz ver que esta aparente polarização é, ela mesma, um fenômeno da cultura.

Se, em termos bastante sintéticos, definirmos a cultura como a rede de representações que, de diversos modos, constroem o sentido compartilhado da existência humana, rede esta que nos permite significar o mundo, com seus fenômenos e experiências, agindo nele e sobre ele, inclusive conhecendo-o, fica claro que a propalada separação desses dois universos (o humanista, de um lado, e o tecnocientífico de outro) não se sustenta. De um lado, as ciências e as técnicas são sempre construídas sobre linguagens e fenômenos que são social e historicamente constituídos, sempre culturalmente investidos de significação. De outro lado, as artes e humanidades expressam experiências de um mundo das quais as ciências e as técnicas são componentes inexpugnáveis.

Se esses universos estão inextricavelmente associados, então as atividades de cultura e extensão devem guardar estreitas afinidades na atividade acadêmica. Sua justaposição na organização institucional indica, portanto, não um acidente ou coincidência, mas uma identidade. Ambas apontam para a busca de reiteração e reconstrução do *valor* (sempre socialmente validado ou validável) da atividade acadêmica para indivíduos e comunidades.

Mas a distinção terminológica, também não é, por outro lado, um mero acaso. A distinção na linguagem indica uma diferença prática que tampouco deve ser negligenciada. Podemos sintetizá-la nos seguintes termos: a extensão indica a busca do valor das atividades acadêmicas em um sentido predominantemente instrumental – de progressivo domínio de certa esfera de fenômenos e interesses, em um dado regime de verdades. Já as atividades de cultura colocam em questão o

próprio valor – como podem ser expressos, compartilhados, compreendidos, criticados e permanentemente reconstruídos as vivências, interesses, saberes e práticas que constroem nossa experiência humana?

Entre esses dois polos, há uma miríade de variações e interfaces, que às vezes torna difícil classificar uma atividade acadêmica como sendo de cultura ou de extensão. Veja-se, a propósito, o sentido da produção universitária na esfera dos Direitos, que, simultaneamente, abre portas para a transformação social por meio da luta por reconhecimento de diferentes sujeitos (nesse sentido, uma construção cultural), mas que o faz por meio de uma linguagem sistemática que levanta pretensões de validade que aplicam ou põem em cheque normas juridicamente estabelecidas (nesse sentido, a extensão de um saber instrumental).

Na sua expressão emancipadora, o valor das atividades de extensão se revela pela orientação ao *bem comum*; pela resistência que a racionalidade, a reflexão e a inovação técnica podem opor à dissolução da solidariedade social produzida pela imposição autoritária de vontades, pela redução da cidadania a consumo, pela organização das relações sociais segundo a lógica estrita do mercado. As atividades de cultura, por seu lado, mostram-se afinadas com horizontes emancipadores ao se caracterizarem como “respiradouros”, momentos de ruptura das amarras produzidas pela institucionalidade, pelo mercado, pela sociedade administrada, forças que tendem a aprisionar a criatividade, a solidariedade, a paixão.

O resgate das inter-relações entre cultura e extensão potencializa, portanto, as capacidades transformadoras da ciência moderna e o caráter republicano e emancipador da universidade que produz, ensina e pratica os saberes e experiências nos diversos campos da atividade intelectual. Na mesma medida, esse resgate permite estabelecer com mais clareza uma delimitação do que seja a particularidade da área de cultura e extensão e indicadores que possam orientar seu planejamento e avaliação.

II.2. Definição da Área de Cultura e Extensão.

Em face do acima exposto, fica mais clara a formulação do Regimento de Cultura e Extensão Universitária da USP, ao afirmar que “As atividades de cultura e extensão universitária são concebidas como processo educativo, cultural e científico que integra o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade”.

Assim, tomando por base essa concepção, devem ser definitiva e ativamente superadas definições da área pela via negativa, ou residual, que a definem por exclusão, classificando sob a rubrica de cultura e extensão toda atividade universitária que não seja claramente entendida como atividades típicas de ensino e pesquisa.

Na definição positiva acima desenvolvida, destacam-se quatro elementos do *modus operandi* que especificam e qualificam as ações de cultura e extensão universitária:

1. **Articulação entre teorias, práticas e realidades sociais**, buscando sempre mais reduzir a distância (temporal e espacial) que separa a produção e reprodução dos saberes e sua apropriação pelos sujeitos externos à comunidade acadêmica, sem deixar de resguardar a prática universitária de pressões e imediatismos estranhos à liberdade e republicanismo que legitima a atividade acadêmica;
2. Papel estratégico na **formação de cidadãos**, entendidos como produtores, agentes e críticos da cultura, incluídas as ciências e as técnicas, potencializando a fundamentação reflexiva das práticas e instituições sociais;
3. **Caráter multi, inter e transdisciplinar** da produção e aplicação do conhecimento, buscando superar a fragmentação e autonomização dos conhecimentos e racionalidades, dentro e fora da universidade;
4. Acolhimento da **diversidade cultural e respeito às diferenças**, favorecendo espaços de irrupção do novo e de construção de solidariedades sociais.

Se há aspectos negativos a serem considerados na delimitação conceitual da área de cultura e extensão, esses não são, de modo algum, elementos “residuais”, mas são afirmações de recusas

que devem ser ativamente reiteradas. Nesse sentido, afirmamos que as atividades de cultura e extensão:

- a) não devem se resumir a simples prestação de serviço à sociedade ou ao poder público, como mero atendimento a demandas;
- b) não devem submeter-se acriticamente à lógica e princípios do mercado;
- c) não devem assumir posições assistencialistas, suprimindo lacunas ou *déficits* de outras instituições ou agências socialmente investidas da responsabilidade e competência de prestação de serviços.

III. Critérios e Indicadores para o Planejamento, Registro e Avaliação das Ações de Cultura e Extensão.

III.1. Caracterização das Atividades de Cultura e Extensão.

Sabemos que, quando trazida do grau de abstração da conceituação acima para a concretude da sua operação nas diversas disciplinas e campos de interesse, a caracterização das atividades torna-se uma tarefa complexa e marcada por expressiva heterogeneidade. Estabelece-se uma clara tensão: de um lado, quanto mais especificidade na caracterização das atividades de um dado campo, maior capacidade de relacionamento com as condições concretas das práticas de aplicação, pesquisa e ensino desse campo. De outro lado, perde-se em capacidade de diálogo e comparação com outros campos, perdendo-se também uma referência de conjunto.

Por isso, optou-se por propor aqui uma matriz sintética que apenas estabelece um patamar básico de caracterização das atividades de cultura e extensão, que pode (e deve) ser desdobrado em subcategorias, segundo os diversos campos de conhecimento da universidade, podendo voltar a ser reagrupados para análises mais coletivas e integradas.

Em um primeiro momento, vamos ver, de modo coerente com as concepções aqui assumidas, quais devem ser os critérios para orientar o planejamento e, em consequência, a avaliação das atividades de cultura e extensão da USP. Em seguida propõe-se uma classificação que facilite a

particularização e identificação das atividades segundo as diversas modalidades de ações em cultura e extensão, o que permitirá sua catalogação, avaliação e difusão.

III. 2. Critérios para Qualificação das Atividades de Cultura e Extensão.

Como horizonte comum para todas as atividades de cultura e extensão, mas, claro, esperando que sejam adaptadas às especificidades de cada uma, indicamos apenas cinco critérios como norteadores para a proposição e avaliação:

1. **Alcance** (público-alvo) – se a Universidade busca extroversão e compromisso social, é preciso caracterizar, quantitativa e qualitativamente, quem e quantos estão sendo visados e alcançados pelas atividades de cultura e extensão que realizamos;
2. **Relevância** – se o compromisso das práticas acadêmicas com a transformação e a crítica são, como vimos, traço distintivo da extroversão universitária, então indicadores quantitativos e qualitativos do valor instrumental e reflexivo das ações propostas e realizadas constituem elementos indispensáveis para a qualificação das ações de cultura e extensão;
3. **Impacto** – relacionado à relevância, mas aqui mais interessado na efetividade das propostas, o critério de impacto busca estabelecer referências para julgar se os resultados visados e atingidos são satisfatórios frente à relevância que justifica as ações;
4. **Integração com ensino e pesquisa** – necessitamos também aqui critérios para avaliar o quanto, mas especialmente como, se relaciona o que estamos fazendo em extensão com nossas agendas de pesquisa e os currículos de nossas atividades de ensino na graduação e pós-graduação;
5. **Inovação** – finalmente, seja no campo da cultura ou da extensão, é importante criarmos referências para orientar e acompanhar o sentido prático das nossas intervenções: o quanto e como elas estão abrindo caminho para novo? Qual novo? Novo para quê? Novo para quem?

III.3. Campo, Área e Caráter das Ações de Cultura e Extensão.

No sentido de facilitar a caracterização das atividades de cultura e extensão (mas não de aprisioná-las à camisa de força de classificações rígidas), propõe-se o esquema classificatório a seguir (quadro 1).

Quadro 1. Campo, Áreas e Caráter das Ações de Cultura e Extensão

Campo	Área	Caráter
I. Cultura	Arte	Criação
		Performance
		Curadoria/Gestão
	Ciência	
	Filosofia	
	Memória	
	Política	
Técnica		
II. Extensão	Comunicação	Serviços à comunidade
		Comissões Julgadoras
		Formação/ensino
		Eventos e palestras
		Divulgação
		Gestão
	Cultura	
	Direitos	
	Educação	
	Gestão	
	Meio Ambiente	
	Saúde	
	Trabalho	
Tecnologia		

Em primeiro lugar, distingue-se dois grandes **campos** de *extroversão* da atividade acadêmica, segundo o interessante predominante (não necessariamente exclusivo) das ações - expressivo/reflexivo (cultura) ou técnico/instrumental (extensão).

Esta divisão não corresponde a campos disciplinares, muito menos a cursos ou unidades da USP. Uma unidade como a Faculdade de Medicina, por exemplo, pode desenvolver atividades culturais como uma exposição de arte, ou um debate sobre as ciências médicas, ou uma mostra sobre tecnologias de cuidado da saúde. Tais atividades, mesmo não sendo, digamos, a área de

“expertise” da Unidade, deve guardar alguma relação com seu projeto de produção, transmissão e aplicação de conhecimento, isto é com o projeto de *formação* que de alguma forma anima seus compromissos acadêmicos. Da mesma forma, uma Unidade como a ECA, cuja expertise é imediatamente relacionada ao campo da cultura, não desenvolve apenas atividades em áreas de ação aqui classificadas como do campo da cultura, mas também produz cursos, assessorias, etc., de caráter mais técnico - avaliação de projetos, assessorias a órgãos da Cultura, definição de padrões técnicos para exposições, arquivo e conservação de acervos, etc.

A distinção desses dois campos não pretende ser o mais inclusivo possível na categorização das áreas que os compõem, mas sem a pretensão de ser exaustivo, visando dar visibilidade, valorização e estímulo às atividades diretamente interessadas na dimensão propriamente cultural em nossas práticas acadêmicas. Cada unidade deve julgar se suas atividades podem ser incluídas nessas áreas e campos ou acrescentar outras - sempre tendo em vista a importância de não ser muito específico, buscando o melhor equilíbrio entre capacidade de discriminação e possibilidade de agrupamento e comparação.

Por fim, na terceira coluna, procuramos mais uma vez sistematizar em grandes grupos o caráter das atividades nas diversas áreas. Mais uma vez, trata-se de um proposital esquematismo, sujeito a revisões. Seu objetivo é orientar a decisão de quais critérios e respectivos indicadores adotar para o planejamento, registro e avaliação das atividades. Assim, por exemplo, se a atividade é a curadoria de uma exposição, o critério de inovação pode não ser tão relevante quanto o de alcance, isto é, quantas e quais pessoas se buscou/conseguiu atingir com a exposição. Por sua vez, avaliar o critério de alcance não pode ser feito com critérios de quantificação das pessoas atingidas.

Por isso, julga-se fundamental que **para cada atividade proposta**, o(s) seu(s) responsáveis (e, sempre que possível, os seus destinatários) **definam quais são os indicadores** pelos quais planejaram e pelos quais pretendem avaliar sua realização. Quanto mais essas definições orientarem-se pelos critérios, campos, áreas e caracterizações acima, mais seremos capazes de analisar e tornar público o valor de nossas atividades de cultura e extensão.

Para a construção de matrizes de planejamento, registro e avaliação é, finalmente, necessário construir uma taxonomia não apenas dos campos áreas e ações, mas também para a descrição das diferentes atividades de cultura e extensão, é o que se propõe a seguir.

IV. Catalogação das Atividades de Cultura e Extensão.

Como apontado, o propósito de se estabelecer descritores das atividades de cultura e extensão é criar mecanismos para agregar informações que orientem o seu planejamento, registro e avaliação. Ressalta-se, ainda, a importância desses descritores para facilitar e articular a ação de extensão ao âmbito da pesquisa e do ensino, bem como facilitar o trânsito destas informações pelos sistemas administrativos da universidade.

Tais indicadores podem ser divididos em três classes de descritores:

Descritores de Identificação

Conjunto de metadados que permite a rápida identificação da ação catalogada e obtenção de informações essenciais para sua caracterização sumária.

Descritores de Qualificação

Conjunto de atributos detalhados da atividade catalogada que permita sua distinção e caracterização quanto às particularidades que a definem.

Descritores de Produção

Conjunto de atributos da atividade catalogada que permita sua distinção e caracterização quanto aos resultados obtidos, especificando produtos, serviços e conhecimentos gerados. Foram adotados como referências para a proposição destes descritores o Regimento de Cultura e Extensão da USP e os Indicadores para Avaliação Docente propostas pela Comissão Especial de Regime de Trabalho.

Ressaltamos, contudo, que a efetivação das potenciais contribuições desses descritores depende de:

- a) Um sistema de cadastramento/credenciamento que tenha entrada única obrigatória para todas as atividades de cultura e extensão;
- b) Que esse sistema seja capaz de gerar relatórios consolidados acessíveis para cada agente da atividade de cultura ou extensão;
- c) Que esse sistema seja integrado a outros sistemas de registro da atividade acadêmica.

IV.1. Descritores de Identificação.

Para cada atividade realizada, a unidade responsável deverá catalogar as seguintes informações de identificação:

Título da atividade

Atribui um nome ao item catalogado.

Instituições promotoras

Esse descritor pode admitir múltiplas participações, indica as instituições parceiras na atividade de extensão. Admite como categorias fundamentais unidades e centros da USP e instituições externas.

Responsáveis

Atribui os responsáveis pela atividade perante à universidade.

Natureza das ações de extensão

Indica a natureza da atividade de extensão, conforme os tipos de atividade definidos no Regimento de Cultura e Extensão da USP, tais quais difusão cultural, difusão artística, ações formativas, ações desportivas, serviço especializado, atendimento a população, etc.

Para sistematizar esses diversos tipos de atividades e suas conexões com o caráter das ações de cultura e extensão (coluna 3 do Quadro 1), veja-se o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2. Descrição das Atividades de Cultura e Extensão

Atividade	Caráter das ações
Atividades de produção e difusão cultural e artística	CRIAÇÃO, PERFORMANCE OU CURADORIA/GESTÃO
Atenção à saúde (níveis, serviços, orientação, programas educacionais, campanhas, zoonoses, serviço técnicos).	SERVIÇOS À COMUNIDADE
Atenção Social (moradia, segurança, jurídica, direitos individuais e coletivos).	
Assessoria e consultoria (laudos, peritagens, pareceres, serviços técnicos especializados, patente).	
Bancas examinadoras de dissertações e teses (qualificação e defesa) fora da unidade e/ou da USP.	COMISSÕES JULGADORAS
Bancas examinadoras de concursos/Editais em geral.	
Orientação e supervisão de estagiários, empresas juniores.	FORMAÇÃO/ENSINO
Coordenação e/ou atividades de ensino e supervisão em Programas de Residência (Médica, Profissional e Multiprofissional em Saúde, outras) .	
Aprender com Cultura e Extensão (orientador, supervisor).	
Treinamentos em serviço	
Cursos de extensão (especialização, aperfeiçoamento, atualização e difusão)	
Apresentação de trabalhos em eventos científico, técnico, desportivo, profissional.	EVENTOS E PALESTRAS
Organização ou colaboração em eventos técnico-científicos, etc.	
Palestras, conferências ou apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos, etc.	
Entrevistas a rádios, televisão, jornais sobre assunto de sua área ou de sua produção científico-cultural, artigos em jornais, revistas ou similares de circulação popular ou meios de divulgação eletrônica.	DIVULGAÇÃO
Elaboração e gerenciamento de “sites”.	
Elaboração e/ou participação na confecção de material educativo/divulgação (editoração) em geral.	
Cargo administrativo em agências de fomento, órgãos públicos, sociedades científicas, culturais, técnicas, desportivas, profissionais.	GESTÃO
Direção/coordenação de Serviços, Unidades, Institutos, Órgãos	
Direção/coordenação em núcleos de cultura e extensão envolvendo	
Coordenação e/ou participação em convênios nacionais e internacionais (professor visitante, aulas no exterior, intercâmbios, etc).	
Editor e membro de conselho editorial de revistas, periódicos, jornais ou membro de corpo editorial.	

Clientela

Indica o público atendido pela atividade de extensão.

Objetivos

Devem ser consistentes com a natureza e o público alvo.

Palavras-chave

Utilizar até 6 palavras chave, visando a facilitar a localização da atividade catalogada.

Temporalidade

Conjunto de descritores que permitam caracterizar a atividade de extensão quanto à edição ou da atividade, data de início e de término.

IV.2. Descritores de Qualificação

Clientela

Agrega informações como número de participantes, perfil sócio-econômico, localização e origem geográfica, faixa-etária, além de outras caracterizações relevante para cada atividade em particular.

Temporalidade

Agrega categorias adicionais relacionadas a carga horária do curso e carga horária docente

Equipe

Indica os integrantes da atividade de extensão catalogada. Cada integrante é descrito por atributos como função na atividade catalogada, vínculo com a USP, carga de trabalho na atividade, início e fim da participação na atividade, frequência das ações desempenhadas, tipo e fonte da remuneração.

Parcerias

Indica as instituições parceiras envolvidas na atividade catalogada. Todas as instituições as quais pertencem os integrantes da equipe devem ser listadas neste descritor, incluindo razão social, natureza pública ou privada e funções na ação catalogada.

Articulações com o ensino na graduação e na pós-graduação.

Refere-se a informações sobre articulações com o ensino de graduação e pós-graduação, incluindo aspectos como o curso, nível (graduação ou pós-graduação), disciplina (dialogando com seus respectivos Sistemas Corporativos).

Articulações com a pesquisa

Também dialogando com os Sistemas Corporativos específicos, busca relacionar as atividades de cultura e extensão com projetos de pesquisa, instituição onde é desenvolvida, natureza da pesquisa (iniciação científica, desenvolvimento tecnológico, pós-graduação, etc.), Programa de Pós-Graduação, orientadores, outros pesquisadores envolvidos (incluindo alunos de PG)

Divulgação

Indica os meios de divulgação empregados e a sua abrangência geográfica e sócio-cultural. Admite especificações como canais de divulgação (imprensa, sistema escolar, secretarias municipais etc.), meios (eletrônico, impresso, radiodifusão etc.), abrangência sócio-cultural, abrangência etária, abrangência geográfica, instituições parceiras de divulgação, agentes divulgadores.

IV.3. Descritores de Produção

Dizem respeito aos resultados da atividade de extensão. Depende da natureza da atividade e deve ser relacionado aos indicadores de articulação com o ensino e com a pesquisa. Admite, por exemplo, a inclusão de itens de produção como materiais didáticos, catálogos, produtos tecnológicos, artigos científicos, artigos de divulgação, entrevistas, editoriais etc.

V. Valorização das Atividades de Cultura e Extensão

Conceituar, classificar, qualificar e quantificar devem fazer parte de um processo mais amplo de valorização das atividades de cultura e extensão, sendo, ao mesmo tempo, causa e efeito dessa valorização, em um contínuo processo de mútua implicação. Nesse sentido, julga-se fundamental identificar os fatores que podem impulsionar o sucesso dessas atividades.

Fatores críticos de sucesso são os pontos-chaves que definem o sucesso (ou o fracasso) de um objetivo que se quer alcançar. É preciso reconhecer e fortalecer atividades já existentes que nos levam aos objetivos e metas estabelecidas e, por outro lado, identificar as ações que nos distanciam deles.

São fatores críticos aqueles já apontados acima, como a necessidade de aperfeiçoar a definição das atividades de cultura e extensão (tornando-as também melhor compreendidas pelo conjunto da comunidade USP), formalizar e uniformizar o registro das atividades, sistematizar e implementar os processos de planejamento e avaliação. Adicionalmente a isso, sugere-se outras iniciativas que podem aumentar sua visibilidade e valorização:

1. Criação de espaços de divulgação ampliada, como uma Feira de Cultura e Extensão, onde sejam divulgados os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Universidade, principalmente os que são realizados através do fomento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, aos moldes do que já é feito no Programa Aprender com Cultura e Extensão;
2. Incentivar a implementação da Disciplina optativa “Atividades de Cultura e Extensão”, nos currículos dos cursos de graduação da USP, de acordo com a Resolução CoG e CoCEX nº 4738, de 22/02/2000;
3. Dar continuidade aos Editais da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, captando e distribuindo fomento para estas atividades, que carecem de fontes de financiamento.
4. Dotar as Comissões de Cultura e Extensão de verba própria para agilizar divulgação e realização de atividades no âmbito de cada unidade, para além do calendário e dos fomentos da Pró-Reitoria.
5. Criar estrutura e mecanismo que melhore as relações entre USP e sociedade, como observatório de mídia que monitore notícias relativas à área de cultura e extensão, promovendo, em contrapartida às tendências observadas, respostas, em termos de informações e/ou ações pertinentes.

VI. Visibilidade das Ações e Construção de um Manual.

Em linha com a valorização, seguem abaixo algumas sugestões de ações que podem aumentar a visibilidade, interna e externa à comunidade USP, das atividades de cultura e extensão:

1. Aumentar parceria com mídias USP (rádio USP, IPTV, Jornais USP, TV USP) – um centro de mídia na PRCEU poderia agilizar a interface com as mídias USP e externas;
2. Tornar a página da PRCEU na internet mais dinâmica (links mais acessíveis). Criar ambientes de navegação específicos, como um "Espaço do Professor" (com links para atividades de extensão para alunos do ensino fundamental, ensino médio, professores, etc.), "Espaço Cultural" (com links para exposições, vernissages, museus, concertos, conceituação artística e cultural, folclore, etc.);
3. Uso mais intensivo de aplicativos e redes sociais (smartphone, twitter, facebook, linkedin, outras mídias sociais);
4. Integração com as secretarias de turismo (portais, web bookings, etc), com informativos semanais;
5. Workshops periódicos com profissionais da mídia para apresentar programações da USP, assuntos emergentes e de grande interesse social, propostas vanguardistas, como a programação da Tenda Cultural Ortega y Gasset;
6. Instalação de totens informativos - "Acontece na USP" – aproveitar os totens já implantados e utilizar o "Acontece hoje" ou programação da semana;
7. Interlocução com grupos GECOM, GEINFO, etc., para que as informações cheguem rápidas e com qualidade à sociedade.

Para finalizar o conjunto de reflexões e proposições dos membros do Conselho de Cultura e Extensão, distribuídos nos diversos grupos de trabalho que produziram este documento, cabe apontar para a importância da identificação e acesso a instâncias, instituições e processos que permitam um melhor e continuado apoio financeiro às atividades de cultura e extensão.

Há uma série de modalidades - convênios, patrocínios, contratos, doações - e uma série de potenciais apoiadores - fundações, empresas, instituições e programas governamentais - que podem ser acionados.

Na estrutura funcional da PRCEU estão previstas estruturas de apoio à realização de eventos, mas estas nunca foram implementadas de fato, com profissionais capacitados nas áreas específicas de expertise e com infraestrutura necessária. Seria interessante, portanto, que se criasse um serviço de captação de recursos e gestão de processos para dar suporte às atividades culturais e de extensão diretamente desenvolvidas pela PRCEU e fortalecer as capacidades locais das unidades.

Com o objetivo de profissionalizar funcionários para atuar nesta área, deve-se pensar em cursos de especialização nas áreas de organização e produção de eventos e de captação de recursos e identificação de parcerias.

Em relação aos parceiros, existem alguns já atuantes e outros em potencial. Em várias áreas de pesquisa existem empresas que atuam na mesma área e se interessam em parcerias. Existem as Associações de Classe, Conselhos Regionais e Federais, que também alocam verbas para eventos. As Secretarias Municipais e de Estado, além dos Ministérios, também têm verbas para parceira. O BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação (Estado de São Paulo), IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus, são outros exemplos de parceiros.

Na área artística, há leis de fomento nas esferas municipal, estadual e federal. Existem ainda outras leis de fomento, como a Lei de Incentivo ao Esporte, do governo federal.



Recomenda-se, ainda, que o CoCEX discuta e induza, através de editais específicos, a realização de atividades orientadas pela pactuação de políticas de cultura e extensão de interesse interno e externo à comunidade USP.

Finalmente, cabe reforçar a necessidade de se prosseguir no esforço de convencimento das agências de fomento, como FAPESP, CAPES, CNPQ, FINEP, da relevância de linhas sistemáticas de apoio às atividades universitárias de Cultura e Extensão.

Última versão corrigida em maio de 2014